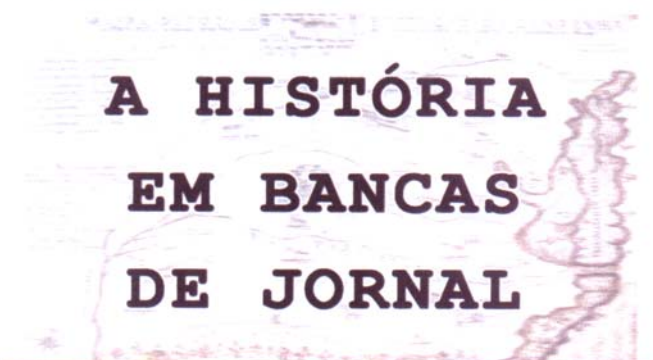




ECLÉTICA 2005

Publicação eventual do Departamento de História/FFLCH/USP



A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Responsável: Profa Dra. Raquel Glezer
Monitora PAE - Estágio de Preparação Pedagógica: Silene Ferreira Claro
Trabalho de curso da disciplina Teoria da História I
0401 - Noturno - 1º. Sem. 2005.

A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Raquel Glezer¹

Introdução

As experiências dos professores das disciplinas teórico-metodológicas em curso de História, bacharelato ou licenciatura, podem ser generalizadas, pois usualmente enfrentam incompreensões por parte do alunado e de colegas. Não importam as denominações: Introdução aos Estudos Históricos ou Metodologia da História; Filosofia da História; Teoria da História; História da Historiografia... Afinal, para que elas servem? O que fazem em um currículo sobrecarregado?

As outras disciplinas obrigatórias de um curso de História possuem conteúdo definido por espaços geográficos (América, Brasil, África, Ásia), ou recorte cronológico (História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea). O recorte cronológico ainda se impõe ao recorte geográfico, apesar dos questionamentos apresentados nos últimos trinta anos, a partir da obra de Chesneaux² sobre o uso ideológico da periodização. As disciplinas optativas se organizam por temas, processos explicativos, fontes ou campos historiográficos.

Diversamente, as disciplinas teórico-metodológicas deslocam-se em espaços e tempos variados, pois podem se articular por conceitos, teorias explicativas, formulações teóricas de processos históricos, análises historiográficas de autores, temas relevantes, questões significativas ou momentos marcantes... quase sempre fugindo ao recorte espacial e/ou ao cronológico.

Para os alunos, as disciplinas teórico-metodológicas se apresentam como um conjunto complexo. Têm dificuldade de reconhecer nelas o que conhecem como História, isto é, o campo de conhecimento que aprenderam a reconhecer como tal nos livros didáticos, manuais acadêmicos e livros dos historiadores. As discussões sobre o que são documentos, fatos históricos, fontes, memórias, monumentos, os questionamentos sobre os conceitos nos livros escritos pelos historiadores, ou os debates sobre os usos de cultura material, cultura imaterial, história oral, memória social, micro-história e macro-história, genealogia, memória local se apresentam como complicações do que aparenta ser simples e conhecido.

Qual a finalidade de uma disciplina como Teoria da História no processo de formação de um profissional da história? As reflexões que são propostas aos alunos têm qual finalidade? As respostas podem ser tão múltiplas como o campo: conhecer a História da História; perceber como o campo dos estudos históricos foi formado e quais as transformações que sofreu; aprender a reconhecer os conceitos e as teorias que embasam os trabalhos dos historiadores, identificar os pressupostos da seleção de temas, fatos e dos arranjos dos conteúdos. De forma sintética, reconhecer que o conteúdo da história que encontram nos livros é um produto cultural datado (linguagem, conceitos, preconceitos), da mesma maneira que os textos que produzem em seus trabalhos.

Para nós, professores nestas disciplinas, as questões teóricas devem fundamentar os trabalhos dos historiadores, quer os de pesquisa em campo, não importando o tipo de fonte explorada - arquivística, bibliográfica ou de história oral, quer os de análise historiográfica sobre as obras de historiadores, nas variadas formas que podem assumir.

¹ Profa. Titular Teoria da História e Metodologia da História/Departamento de História/FFLCH/USP; e-mail: raglezer@usp.br.

² Cf. Jean Chesneaux. *Du passé faisons table rase? : a propos de l'histoire et des historiens*. Paris: F. Maspero, 1976; trad. brasileira *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

Tais questões estavam em nosso horizonte de preocupação quando propusemos aos alunos matriculados na disciplina Teoria da História I – 0401 - Noturno, no primeiro semestre de 2005, cujo programa havia sido formulado com o objetivo de possibilitar uma visão panorâmica de algumas formas de reflexão sobre a história até o início do século XX, com aulas teóricas e leituras de textos de alguns autores clássicos, algo a mais: um trabalho empírico, levando em consideração as restrições e limitações aos alunos dos cursos noturnos: biblioteca em horário restrito; arquivos, centros de documentação e museus fechados, nos horários que os alunos poderiam dispor para alguma atividade extra classe.

Que material poderia ser utilizado, que estivesse acessível e cujas informações complementares pudessem ser localizadas por quem cumpre oito horas de trabalho diárias em cinco dias por semana? A nossa proposta foi a de explorar um material recente, visível e de fácil aquisição, que existe e se oferece nas bancas de jornal – as revistas de divulgação de história, em suas múltiplas apresentações e em seus variados níveis de formulação.

Temos a certeza que nem todas as publicações existentes foram exploradas, pois tal não era a intenção da proposta, que tinha como objetivo proporcionar aos alunos quase todas as etapas de um projeto de pesquisa, a partir da seleção de fonte e temas de interesse dos autores dos trabalhos, que foi respeitada, quer pela possibilidade de acesso³. Apesar da vasta rede de bancas de jornal existentes na área metropolitana, nem todas contém exatamente o mesmo conjunto de publicações, dependendo do local em que estão e da clientela a que atendem.

Em complementação

Depois dos trabalhos de pesquisa e redação realizados e entregues, na fase de preparação e edição digital para inserção no sítio (www.raquelglezer.pro.br), encontramos na rede algumas referências sobre o mesmo assunto, como a indicação do trabalho de Iniciação Científica na Faculdade Cásper Libero de Marcela Rosa Mastrocola, denominado “Aventuras na História: intermediários culturais, mercado editorial e cultura de consumo”⁴, em nota, sem data, acesso ao texto ou resumo. E o texto de Thathiana Murillo, datado de 05.12.2004, com o título de “*Páginas do passado: o boom das revistas de História*”, no qual a autora traça um histórico das revistas de história de divulgação em vários países e o início de tais periódicos do Brasil, a partir de 2003⁵.

Não consideramos a nossa pesquisa exaustiva e é possível que existam outros estudos sobre o mesmo tipo de material.

³ Os trabalhos, de modo previsível, concentraram-se nas revistas com maior facilidade de acesso: *Nossa História*, *História Viva*, *Aventuras da História*. Outras publicações foram também localizadas e selecionadas pelo interesse dos alunos. Ao menos uma publicação não foi explorada - a *Brasilis*, da editora Atlântica, do Rio de Janeiro, coordenada por Luis Felipe Baeta Neves. Ela era inicialmente vendida por assinatura, e só conhecemos os dois números iniciais. O sumário deles pode ser encontrado no sítio: <http://atlanticaeditora.com.br/>.

⁴ No sítio www.facasper.com.br/cip/iniciencia: “tema: Estudo sobre o fenômeno das revistas de história no contexto da hipermodernidade, com base na análise da publicação *Aventuras na História ...*”; e-mail: marcelamastrocola@gmail.com.

⁵ Thathiana Murillo. *Páginas do Passado: o boom das revistas de História*, datado de 12.05.2004, no sítio O cisco, <http://www.ocisco.net/thati10.htm>; e-mail thatianamurillo@uol.com.br.

1. Enfrentar os preconceitos

A seleção do material para ser pesquisado decorreu de sua facilidade de acesso, por um lado. Em nossos dias, a história está nas bancas de jornal, em formas variadas. Está nos jornais diários - que são uma das fontes para a história do tempo presente e para a história contemporânea; nas revistas semanais e/ou mensais de viés informativo ou analítico de variadas tendências políticas; nas coleções de obras clássicas para divulgação – como a coleção ‘Os Pensadores’ ou a coleção ‘Pensadores Brasileiros’. Seleccionamos uma materialidade específica - as revistas de temas históricos, voltadas para o público consumidor não-especializado.

A multiplicidade de periódicos e publicações de assuntos variados nas bancas de jornal é indicativo de alguns processos característicos da sociedade contemporânea pós-industrial: a ampliação do público leitor, decorrente dos processos de urbanização e alfabetização; a ampliação do acesso ao conhecimento; o atendimento pelas empresas editoras de todas as áreas de interesse do público leitor, em suas múltiplas identidades sociais⁶. Este foi o outro elemento fundamental para a escolha do objeto – a possibilidade de captar um fenômeno social ‘quente’, em sua concretização, na vivência do processo, que precisa ser analisado e compreendido. Em nossos dias, a diversificação da mídia impressa, em miríades de pequenas empresas gráficas – algumas das quais de vida curta, ao lado dos conglomerados de empresas gráficas e das de mídias, soma-se ao complexo jogo dos cruzamentos de todas as mídias – imprensa, cinema, televisão, eletrônicas, digitais...

Lembremos também que em nossos dias há associações entre empresas, para atingir determinados segmentos do público, com a criação de marcas novas, ocultando a empresa principal e dificultando o acompanhamento das questões mercadológicas.

Alunos de graduação estão acostumados com a leitura de textos selecionados por professores – capítulos de livros e/ou artigos publicados em periódicos acadêmicos, cujos padrões correspondem aos parâmetros da comunidade científica. Não há a preocupação com o perfil da publicação, pois a responsabilidade de seleção é do professor. A valoração realizada é pela especialidade do autor, respeitabilidade da revista, reconhecimento da instituição que a publica - todos elementos de identificação de comunidade científica e de reconhecimento entre pares.

As próprias revistas acadêmicas se transformaram, no decorrer do século XX, de recurso informativo e quase que exclusivamente erudito, em fontes reconhecidas para os trabalhos historiográficos, e hoje são objetos de pesquisa para análises de conteúdo, que variam conforme as orientações dos campos historiográficos.

Por outro lado, raramente o material de vanguarda do conhecimento, o da ‘literatura cinza’⁷ é utilizado, mantendo-se como exclusividade do circuito especializado e restrito dos pesquisadores.

No país, há crescente desenvolvimento do campo de pesquisa sobre a história do livro e da leitura⁸. As revistas de literatura, de educação e as semanais gerais têm recebido

⁶ Sobre as identidades sociais contemporâneas, ver Serge Moscovici. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁷ Literatura não convencional, conhecida por ‘literatura cinza’ (teses, folhetos, anais, proceedings, relatórios de pesquisas, notas técnicas, indicadores de ciência e tecnologia, preprints, publicações seriadas e trabalhos não publicados). Cf. <http://www.ige.unicamp.br/site>.

⁸ Ver: a) sitio: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/, do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, realizado entre 8 e 11 de novembro de 2004, na Casa de Rui Barbosa, na cidade do Rio de

atenção sistemática desde a década de setenta do século XX, vasto material que pode ser encontrado nas bibliotecas. Contudo, são escassos os estudos analíticos sobre as revistas de história no país, com exceção dos estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que utilizam o seu periódico, o mais antigo do país, datado de 1838, mais como fonte sobre a instituição do que como objeto de análise⁹.

A proposta de analisar as publicações encontradas em bancas de jornal foi, por alguns alunos, questionada pelo fato de não ser este um material ‘respeitável’. A desqualificação é devida ao fato de revistas comerciais não terem a mesma estrutura formal dos periódicos acadêmicos, principalmente a revisão por pares. E que os artigos não poderiam ter conteúdo acadêmico e ser resultado de trabalho de pesquisa de historiadores. A maior crítica foi que as revistas comerciais tinham como alvo um público genérico e não-especializado. Afinal, trabalhar com ‘material de divulgação ou vulgarização’ não era um trabalho adequado aos historiadores em formação¹⁰.

No decorrer da pesquisa, mesmo os alunos mais renitentes acabaram mudando de opinião, pois conseguiram verificar que entre as revistas para o grande público existem níveis diferenciados de informação, apresentação de resultados de pesquisa, debates sobre questões de momento e um trabalho de apresentação ao público de textos escritos por historiadores. O conteúdo apresentado depende do público visado pela revista.

2. A popularização da cultura

O fenômeno do público consumidor de produto cultural oferecido em bancas de jornal no Brasil data dos anos sessenta do século XX, quando a Editora Abril¹¹ lançou edições de obras em fascículos, mas continuou mantendo-se basicamente como uma editora de histórias em quadrinhos infantis e juvenis, e, de publicações românticas destinadas a adolescentes e mulheres jovens, vendidas em bancas. Na área específica da História, a primeira foi a coleção ‘Grandes Personagens da Nossa História’ - biografias de personagens da História do Brasil, em fascículos, com textos escritos por professores de história. E depois, nos anos da ditadura militar, lançou a coleção ‘Os pensadores’-volumes encadernados de obras de autores clássicos da cultura ocidental, que muitas

Janeiro; b) sítio da Intercom: www.intercom.org.br/, especificamente para os textos resultantes de pesquisa apresentados nos eventos da área: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>.

⁹ Ver, entre outros: Isa Adonias. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 150 anos*. Rio de Janeiro: Studío HMF, 1990; Virgílio Correia Filho. Como se fundou o Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 255, 1962; Max Fleiüss. *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro: IHGB, 1938; Lúcia Maria Paschoal Guimarães. "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 156, 388, 1995; Manoel Luís Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, no. 1, 1988, pp. 5-27;-----De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, volume 4, no. 1, 1989, pp. 135-144; Lília Moritz Schwarcz. "Os guardiões da nossa história oficial". Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989; ----- . *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Arno Wehling. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 338, 1983, pp. 7-16;----- .Historicisimo e concepção de História nas origens do IHGB. In: ----- (org.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, pp. 43-58.

¹⁰ Apesar dos questionamentos, uma grande parte dos alunos possuía alguns exemplares das revistas de divulgação nacionais e recorreram ao seu próprio material; outros, de forma surpreendente, possuíam exemplares de revistas editadas em outros países, o que aparece em seus trabalhos.

¹¹ No sítio da Editora Abril está a história da empresa, ver <http://www.abril.com.br/br/conhecendo/>.

vezes estavam recebendo a primeira edição no país, com tradução por professores especialistas no autor ou no assunto, quebrando o preconceito existente contra a compra de livros em bancas de jornal. A série de sucessos editoriais foi interrompida com uma coleção de história do Brasil, a ‘Saga’, que não foi completada. Embora a Editora Abril se apresente como a pioneira na edição de obras de divulgação para o grande público consumidor, apenas atualizou uma forma de divulgação que já existia, a da edição de obras clássicas ou informativas em tiragens maiores que as usuais. Antes dela, existiram outras iniciativas de divulgação e popularização da cultura no país, que ainda não foram devidamente estudadas.

A coleção ‘Tesouro da Juventude’¹², marco na vida de milhares de jovens leitores, foi difundida por vendedores em muitas das cidades do país, independente de seu tamanho e da existência de livrarias. O mesmo ocorreu com as coleções de obras de história como Cesare Cantú¹³, H. G. Wells¹⁴ e Will Durant¹⁵.

A Editora Ediouro¹⁶ tinha e ainda tem forte atuação na área da divulgação de autores clássicos, mas seus livros, em pequeno formato e em papel jornal, só podiam ser encontrados em livrarias. Além das citadas, existiram outras coleções de obras literárias destinadas a um público consumidor maior que o tradicional consumidor em livraria: a coleção ‘capa amarela’ de grande formato da Editora Globo de Porto Alegre – hoje Globo Livros¹⁷, com traduções de obras clássicas e contemporâneas, por intelectuais de renome, e, a coleção Saraiva, da editora do mesmo nome¹⁸, com volumes de pequeno formato, em papel jornal, que era vendida porta a porta para as famílias interessadas. A Editora Agir¹⁹ também teve uma coleção de clássicos em pequeno formato e em antologia, ‘Nossos Clássicos’.

A estrutura de venda porta a porta que foi desenvolvida na primeira metade do século XX continua ainda em nossos dias, com enciclopédias escolares e coleções de obras informativas em geral.

¹² Esta obra teve diversas edições, pela W. M. Jackson Editores, dos anos vinte até os anos cinquenta.

¹³ Cesare Cantú. *História universal*. Obra de tanto sucesso que recebeu várias edições, entre outras: a) Rio de Janeiro: Fluminense, 1883; b) Rio de Janeiro: Livraria João do Rio, 1931; c) São Paulo: Américas, 1946. 32 v.; d) São Paulo: Edameris, 1970, ed. resumida.

¹⁴ H. G. Wells. *História universal: da ascensão e queda do império romano até o renascimento da civilização ocidental*. São Paulo: Nacional, 1939. 3 v.

¹⁵ Will Durant. *História da civilização*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943. 18 v. A obra teve edições em 1956 e 1967, e em outras editoras. O autor continua sendo editado no país, podendo suas obras ainda serem encontradas em livrarias. Dados sobre sua vasta produção podem ser encontrados no sítio da **Will Durant Foundation**, <http://www.willdurant.com/home.html>

¹⁶ Ver em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, sítio: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ediouro>.

¹⁷ Cf. <http://globolivros.globo.com/>; a Rio Gráfica Editora adquiriu em 1986 a Editora Globo. A história sintética da Editora Globo pode ser lida na *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Globo. Sobre a editora há a indicação do livro de Elisabeth Wenhausen Rochadel Torresini, *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, s.d., na Coleção Memória Editorial.

¹⁸ Ver sítio: <http://sf.editorasaraiva.com.br/port/perfil/historico>; cf. dados da empresa, em 1946 foi lançada a Coleção Saraiva, dirigida por Mário da Silva Brito e Cassiano Nunes, que incluía autores nacionais e internacionais como Machado de Assis, José de Alencar, Menotti del Picchia, Orígenes Lessa, Henry James, Edgar Allan Poe, Herman Melville, ilustrada por artistas de renome, como Aldemir Martins, Darcy Penteadó, Nico Rosso, com traduções de Otávio Mendes Cajado, Décio Pignatari, Nair Lacerda e José Geraldo Vieira. A forma de comercialização era por assinatura, feita por vendedores, com entrega do exemplar publicado mensalmente; vendeu milhares de volumes, pois editou 287 títulos, alguns dos quais com tiragem de até 50.000 exemplares.

¹⁹ Ver histórico da empresa no sítio: <http://www.editoraagir.com.br/historico>; cf. dados, foi adquirida pela Ediouro, em 2002.

Da metade para o final do século XX, as bancas de jornal se tornaram o lugar de exposição da mais ampla variedade de publicações, de todos os assuntos possíveis e imagináveis, para todos os tipos de leitores.

3. O contexto

Há uma explicação corrente para o alto preço dos livros editados no Brasil: a falta de público leitor, pois existem poucas livrarias pelo país e, portanto, poucos leitores. Contudo, as vendas de ‘best-sellers’ desmentem tais afirmações: milhares de livros são vendidos em curto espaço de tempo. Se existissem tão poucos leitores no país, como afirmam as editoras de livros para venda em livrarias, as editoras que lançam seus produtos culturais em bancas de jornal não teriam crescido e multiplicado.

O crescimento das editoras especializadas em publicações para bancas de jornal deve ser relacionado com outros dados: aumento da população, predominância da urbanização, crescimento da escolaridade, aumento da renda familiar, capilaridade dos meios de divulgação de massa pelo país e interligação entre as diversas ‘mídias’.

Dos fenômenos citados, o aumento populacional se destaca: em 1950, a população do país era de 51.949.397, e, em 2000, de 169.799.170 de habitantes²⁰. No mesmo período, a população urbana passou de crescente a dominante, decorrência de fatos distanciados no tempo, mas que explicam alguns aspectos do fenômeno: em 1938, todas as sedes de município passaram a ter o título de cidade, não importando a população; nos anos cinquenta a industrialização por substituição de importações e de bens de capital deslocou uma grande parcela da população de áreas rurais para algumas áreas urbanas; e, em 1988, a Constituição passou a permitir maior facilidade para a divisão de municípios e ampliou os repasses do governo federal para os entes municipais, o que possibilitou a expansão numérica deles. Em cada município, mesmo que não exista biblioteca pública ou livraria, obrigatoriamente deve existir escola fundamental básica, e, pode existir uma banca de jornal, mesmo que seja a única na estação rodoviária.

O processo de modernização econômica do país a partir de meados do século XX possibilitou a melhoria da infra-estrutura em transportes e comunicação; a ampliação do processo de escolarização com o objetivo da universalização do ensino fundamental e posteriormente do ensino médio; o emprego em setores que previamente não existiam; o crescimento da massa salarial; o crescimento do mercado educacional para atender a demanda de mão-de-obra mais especializada; o desenvolvimento de redes de comunicação via mídia eletrônica pelo país, que criaram um mercado nacional para determinados produtos, inclusive para os da indústria cultural.

A existência de milhares de aparelhos de televisão pelo país substituiu em grande parte a imprensa escrita como fonte de informação, por um lado, e, por outro, criou um outro mercado produtor e consumidor com a possibilidade de inter cruzamento de mídias. Os produtos culturais da televisão promovem a venda de publicações escritas – sobre ela mesma, os programas, os participantes de suas produções (autores, diretores, atores e outros especialistas). Também algumas produções televisivas, como telenovelas e minisséries promovem publicações escritas – os livros originais, as adaptações, e depois os vídeos, os cds e os DVDs. O lançamento de filmes, nacionais ou estrangeiros, com chamadas em televisão, e com eventual apresentação posterior em horários especiais, também alavanca publicações destinadas ao grande público, informando sobre a obra, roteiro, diretor, atores e outros especialistas. Os temas épicos ou históricos, quando explorados pelas mídias cinematográficas e televisivas, envolvem altos custos de

²⁰ Conforme dados do IBGE, no sítio: www.ibge.gov.br/, em Síntese dos censos demográficos.

produção, que são parcialmente recuperados ou ampliados pelos produtos em paralelo: publicações impressas, vídeos, cds e dvds, além de outros produtos destinados ao público infantil e/ou juvenil, da mesma forma que os filmes de entretenimento.

Se há momentos em que a sociedade ocidental parece esquecer da existência da história, apesar de estar imersa nela, em outros há preocupação com ela. Geralmente, em datas comemorativas de fatos históricos relevantes há a ressurgência do interesse pela história, quer como processo, quer como narrativa. Em determinados momentos, a sociedade como um todo se sente atraída por fatos históricos – em livros com temas históricos, biográficos ou pseudo-históricos; em filmes biográficos, épicos, históricos ou míticos; em docu-dramas históricos ou documentários sobre fatos históricos, reconstituídos com material de época. Não é possível identificar claramente se tal interesse é uma válvula de escape – fuga/refúgio para um tempo mítico de paz e segurança, ou, genuíno, para compreender a sociedade e o momento em que vive. Em nossos dias, no início do século XXI, há retomada da curiosidade por fatos históricos, que aparece tanto nas produções impressas, como nas cinematográficas e nas televisivas. Os motivos que provocam tal interesse podem ser variados: insegurança diante das transformações em curso; dificuldades de compreender a fase histórica em que vive; medo diante do desconhecido; necessidade de reafirmar o conhecido diante de outras propostas de organização social e tantas outras questões possíveis de serem arroladas.

Quanto as motivações que levaram ao lançamento das revistas de divulgação de história no país, Thatiana Murillo utiliza a referência das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento como o motivo para o lançamento de tais publicações²¹. A nosso ver, tal explicação não se aplica totalmente – teria pleno sentido se estas tivessem começado a ocorrer no mesmo ano ou no seqüente, o que não ocorreu, pois datam de 2003 em diante. As explicações podem ser procuradas tanto no contexto nacional – a consolidação do processo de urbanização, universalização da educação básica e suas conseqüentes transformações, como no maior acesso a informações internacionais, na divulgação em tempo real pela televisão dos fatos de setembro de 2001, na retomada do ciclo de guerras simultâneas, na sensação de ameaça diante do desconhecido que pode estar se aproximando – elementos que podem ter contribuído para que se concretizasse no país algo de novo, as revistas de divulgação de história. Devemos lembrar que tal tipo de publicação existe em outros países há muitos anos, desde o começo do século XX, mantendo continuidade e possibilitando a divulgação do conhecimento historiográfico a um grande número de pessoas, o que pode ter permitido o crescimento do mercado editorial dos livros especializados em história e das grandes coleções do final do século XX²².

²¹ Ver nota 3.

²² Além da venda de milhares de exemplares de algumas obras de história como *Le Dimanche de Bouvines: 27 juillet 1214*, de Georges Duby. Paris: Gallimard, 1986, e, *Montaillo, village occitan de 1294 a 1324*, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris : Gallimard, 1975, pensamos nas coleções como História das Mulheres e História da Vida Privada, que foram sucesso editorial destacado, foram traduzidas no Brasil e inspiraram coleções similares nacionais.

4. Cultura de massa

È muito interessante para o historiador verificar como a conceituação de ‘cultura de massa’ tem sido vista pela sociedade, principalmente em uma proposta como a que fizemos, de explorar uma fonte da cultura de massa impressa, destinada a um público leitor não especializado.

A conceituação da existência de uma ‘cultura de massa’ ou ‘cultura popular’ se opõe a de uma ‘cultura erudita’, mais valorizada porque de ‘melhor qualidade’, mais restrita e limitada aos que a ela têm acesso, por poder aquisitivo e domínio cultural.

A ‘cultura erudita’ é resultante da decantação da produção cultural da sociedade ocidental cristã e é o cânone dos valores culturais - a ‘alta cultura’ é o conhecimento e apreciação dos clássicos na literatura, música, balé, teatro, pintura e escultura, em oposição a uma outra cultura, considerada inferior por não ter o mesmo conteúdo e relevância, produzida e vivenciada no cotidiano pelas pessoas comuns, ‘a cultura popular’, que é muitas vezes confundida com ‘folclore’, em uma concepção conservadora e nacionalista estreita.

Tomada em senso estrito, a concepção canônica de cultura faz com que toda a produção cultural do mundo moderno industrial do século XIX e do pós-industrial do século XX, todos os questionamentos, críticas, leituras e releituras da sociedade contemporânea fiquem fora dos parâmetros estabelecidos.

Mas a produção cultural possui a sua própria dinâmica, riqueza e complexidade, e é indicativa da reflexão e crítica do mundo no qual o indivíduo produtor/consumidor está inserido e vive. Para os artistas contemporâneos, o cânone não é um obstáculo. Na realidade diária da sociedade pós-industrial, todas as artes se libertaram do cânone. A multiplicidade das formas de expressão literária e artística é quase impossível de ser totalmente conhecida em nossos dias. O rádio, o cinema e a televisão se inscreveram no campo da produção e da reprodução cultural, da mesma forma que a imprensa. E o mundo da produção digital está seguindo a mesma trajetória, de modo mais acelerado.

Contudo, a resistência às novas formas de arte e conhecimento ainda é grande. No campo dos estudos humanísticos, o domínio do cânone se manteve por mais tempo. E só no último quartel do século XX ele passou a ser questionado por grupos feministas, étnicos, de culturas minoritárias e pelos pesquisadores pós-modernos, que exigem que a noção de cultura seja mais inclusiva e menos restritiva.

A valorização da oposição entre a ‘cultura erudita’ e a ‘cultura popular’ pode ser entendida como uma atitude socialmente conservadora, a partir da Revolução Francesa, em que o conceito de ‘povo’ para os conservadores e contra-revolucionários era o de uma ‘ameaça’ a seu modo de vida. A preservação dos valores da sociedade estamental encontrou na valorização do cânone apoio e a justificativa de uma concepção de sociedade, a partir de meados do século XIX, quando ‘povo’ e ‘massa’ se tornaram quase que sinônimos de ameaça social.

Nos movimentos revolucionários políticos e sociais dos séculos XIX e XX, uma das propostas mais atraente é a da democratização de acesso de todas as pessoas a todos os bens, políticos e econômicos, a partir da alfabetização universal, e, principalmente aos bens culturais.

A idéia de separação rígida entre a chamada ‘alta cultura’ e a ‘cultura popular’ foi questionada por Bahktin²³ ainda na primeira metade do século XX, e, o tema da circularidade das idéias entre grupos sociais, no final do século XX, encontrou apoio em historiadores da história cultural, como Roger Chartier e C. Guinzburg, entre outros, e, principalmente nos autores pós-modernos.

Os resultados

Os resultados obtidos foram surpreendentes, para nós e para os alunos. Para nós, pela localização de inúmeras publicações destinadas a suprir a curiosidade do público sobre temas históricos – em níveis de informação diferenciados, desde as mais elementares até as que apresentam resultados de pesquisas acadêmicas, em linguagem acessível ao não-especialista. Nosso ponto de partida para a proposta do trabalho havia sido o conhecimento das revistas *Nossa História* e *História Viva*. Os alunos conheciam algumas outras e localizaram outras tantas, que não eram tão conhecidas, e que aparecem nos textos que seguem. E também pela capacidade demonstrada pelos alunos de pesquisar informações, mesmo as que exigiram contato direto com as editoras e com os editores; analisar conteúdos sob aspectos variados, demonstrando que o processo de formação fragmentada, proposto pelo Departamento de História, apesar da dificuldade de explicitação, está proporcionando ao corpo discente uma formação adequada ao mundo contemporâneo.

Para os alunos, podemos comentar de um lado que com a aprendizagem da prática de pesquisa - seleção de tema, seleção de fontes, coleta de dados, análise de conteúdo, contextualização e redação de um texto sobre a pesquisa e os resultados obtidos, houve a possibilidade de aprender como usar material diferenciado do tradicional (textos de livros e excertos de documentos), experiência que pode ser transmitida a práticas de ensino de história em outros níveis. Por outro lado, esperamos que os mais renitentes tenham aprendido a aceitar a produção cultural da sociedade em que vivem. Consideramos que se há experiência e vivência da postura crítica em relação à formação socioeconômica e cultural em que estão inseridos, a manutenção de preconceitos sobre a ‘cultura de massa’ e a exigência do cânone cultural são elementos contraditórios que precisam ser enfrentados. E o que a nosso ver foi o mais importante: tiveram eles a experiência da apreensão ‘a quente’ de dois conceitos teóricos que marcam a sociedade atual – a da circularidade das idéias na cultura, e, a da fragmentação das identidades sociais. Lembramos ainda que nas análises de conteúdo foram localizadas algumas das teorias de história, que haviam sido apresentadas e discutidas no transcurso das aulas teóricas e das leituras, demonstrando na prática a longa vigência de idéias na cultura e na sociedade.

Os textos que seguem a esta apresentação são todos os trabalhos de curso da disciplina, resultantes das pesquisas e análises dos alunos. Alguns são trabalhos individuais, outros coletivos. Cada um deles representa a trajetória de pesquisa que foi percorrida, os interesses, curiosidades e idiossincrasias dos autores. Não foi realizada a normalização

²³ BAHKTIN, M.. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: HUCITEC; Brasília:UnB, 1987.

dos textos e nem estão apresentados os comentários da avaliação. A finalidade da publicação é reconhecer os esforços empregados na pesquisa, o empenho e interesse demonstrado, além de colaborar com outras pessoas que tenham alguma curiosidade sobre o material de divulgação de história impresso disponível em bancas de jornal.

Agradeço a Silene Ferreira Claro, doutoranda no Programa de História Social/FFLCH/USP, linha de pesquisa História da Cultura, monitora da classe no PAE/FFLCH/USP primeira fase, o apoio, as sugestões e a relação estabelecida com a classe, que muito contribuíram para o bom desenvolvimento do curso e das atividades. E a todos os alunos que cursaram a disciplina e que no decorrer do semestre selecionaram o material com que pretendiam trabalhar, defenderam suas escolhas, descreveram as dificuldades encontradas, apresentaram as soluções e os resultados obtidos. Eles se encontraram com o que os pesquisadores em história costumam enfrentar: problemas de acesso a fontes e as informações, impossibilidade de usar o material inicialmente previsto, desconforto com os resultados obtidos, questões que não puderam ser respondidas, e tudo o mais que acontece depois do trabalho escrito e entregue.

Espero que a experiência tenha sido tão proveitosa para eles como foi para nós e que a noção de que estamos imersos na história – mesmo explorando um tema restrito e aparentemente limitado, tenha se tornado mais clara e compreensível. E que a função da disciplina Teoria da História no processo de formação tenha adquirido sentido.
São Paulo, segundo semestre de 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Teoria da História I
Profa. Dra. Raquel Glezer

HERÓIS E GRANDES PERSONAGENS NA REVISTA HISTÓRIA VIVA

Componentes do Grupo:
José Antonio Contri
José Carlos Accica
Maria Helena Felipe Oliveira
Rosana Bonjardim

Heróis, Líderes e Grandes Personagens

O enfoque que escolhemos para desenvolver nossa análise sobre a revista História Viva, consiste de um problema teórico que podemos resumir simplificada e na seguinte questão: São os heróis que fazem a história? Qual o papel do herói na história?

Essas perguntas, aparentemente banais, nos permitem, no entanto, realizar uma reflexão sobre a produção historiográfica, bem como sobre diferentes linhas interpretativas do processo histórico, suas condicionantes e suas causalidades.

A questão do herói, ou do grande personagem, conforme Hook (1962) “é não somente um problema prático, mas uma das mais fascinantes questões teóricas de análise histórica”.

Os que respondem que os heróis criam a história, ou melhor dizendo, são os seus atores principais, concebem o processo histórico como resultado da obra, da vontade e do protagonismo de alguns poucos indivíduos: Reis, Generais, Líderes, Chefes de Estado que guiaram os rumos dos acontecimentos.

Dentro dessa linha de interpretação, pode-se dizer que haveria uma outra história se não fosse a ação desses grandes personagens. Esses indivíduos determinaram a história, sem eles os acontecimentos teriam sido completamente diferentes.

A produção historiográfica que segue por esse caminho, acaba construindo uma espécie de mitologia desses personagens. Esbarra também em um problema epistemológico pois, a própria cientificidade da interpretação histórica fica comprometida, já que estaria sempre a mercê das ações de indivíduos isolados.

A morte prematura de alguns desses indivíduos, ou a mudança repentina de seu estado de ânimo, fariam com que o processo histórico fosse conduzido para caminhos completamente diferentes.

Por outro lado, se partirmos para uma concepção radicalmente oposta e definimos que o papel dos heróis ou personagens individuais é desprezível na construção do processo histórico, cairemos em um determinismo que transforma as condições históricas e sociais em algo metafísico, muito próximas da idéia de destino, que desse modo transformariam a história e seus caminhos em processos inevitáveis. Os homens serão simplesmente fantoches dessas estruturas sociais e contextos históricos e suas ações não alterariam os resultados finais do processo. Desse modo, teríamos uma história como fatalidade, e o papel do historiador seria o de entender a dinâmica dessa força que guia a história para seu destino.

Nenhuma dessas duas proposições nos parece satisfatória para a compreensão do papel que os indivíduos podem exercer na história. Na primeira, a história torna-se psicologia ou biografia de “grandes personagens”. Na segunda, uma metafísica onde uma razão histórica parece atuar acima de tudo, determinando o rumo dos acontecimentos.

Um dos principais defensores da história como realização dos grandes personagens é Thomas Carlyle.

Carlyle nasceu na Escócia em 1795, mas consagrou-se como historiador e publicista na Inglaterra, onde publicou suas principais obras como: *Revolução Francesa*, *O Cartismo*, *O Passado e o Presente*, *Cartas e Discursos de Oliver Cromwell*, entre outras.

A obra na qual expõe sua teoria da história de forma mais enfática é “o herói e o culto dos heróis”, um conjunto de seis conferências realizadas em 1840, e publicadas como livro em 1841, nelas Carlyle compara heróis divinos, profetas, poetas, guerreiros e reis para chegar ao ponto central de sua tese: “A história universal, A história do que o homem completou no mundo é, na realidade, A história dos grandes que trabalharam na terra. Eles foram os condutores, os modeladores, os padrões e, num largo sentido, os criadores de tudo o que a massa geral dos homens procurou fazer ou atingir. E a alma da história da humanidade pode ser considerada como sendo a história desses grandes homens”.

A história, portanto, se resumiria na biografia dos grandes heróis. O culto aos heróis teria uma função estabilizadora. Os heróis de Carlyle são na verdade conservadores como ele; defensores da ordem estabelecida e de sua hierarquia, ou talvez “Heroarquia” (governo de heróis).

Carlyle defende a necessidade de transformar o personagem em mito, um herói. Evêmero, no século III a.C., concebeu uma explicação para o aparecimento dos mitos e dos heróis, que ficou conhecida como evemerismo. Talvez possamos entender que temos em Carlyle uma espécie de “Evemerismo Aplicado”, já que sua preocupação parece ser claramente ideológica, onde seus heróis são símbolos da ordem e modelos a serem seguidos. A democracia não parece muito bem vista por Carlyle, pois nesta aconteceria um nivelamento por baixo da civilização.

Em uma contraposição a esse culto exagerado dos heróis ou dos grandes personagens, temos uma visão que Sidney Hook denomina de Determinismo Social. Essa concepção não nega a existência ou a necessidade dos heróis ou da ação heróica na história, mas sustenta que os acontecimentos decorrentes dessas ações são determinados por leis históricas ou pelas exigências do período onde apareceria o herói ou grande personagem.

Um conjunto de forças sociais construíram, quando necessário, um personagem cuja missão seria realizar a tarefa histórica do momento.

Hook situa dentro dessa concepção pensadores como Hegel, Spengler, Spencer, e o que ele denomina de marxismo ortodoxo, incluindo nessa classificação Engels, Plekhanov, Kautsky, Lenin, Trotsky e Bukharin.

Conforme define Hook, tanto para Hegel quanto para Spengler, “O grande homem não é o produto de condições materiais, sociais e biológicas, mas essencialmente uma expressão do espírito de seu tempo ou da “alma” de sua cultura. No desenvolvimento de uma cultura surgem certas necessidades objetivas que estão preenchidas por meio de decisões subjetivas dos homens”.

Hegel defende a tese de que cada período tem o “Grande Homem” que merece, mas esse merecer não depende uma escolha, mas sim de uma configuração pré-determinada que ele chama de “Espírito Universal”.

Nessa concepção o herói, o grandes personagem, aparece como expressão ou instrumento de forças históricas e sociais, sendo suas ações conduzidas por essas forças e não o inverso.

O chamado Marxismo ortodoxo também caminha dentro dessa concepção, segundo Hook, pois o indivíduo nessa corrente teórica, estaria completamente subordinado às exigências das forças sociais, ficando praticamente anuladas as possibilidades de grandes mudanças ditadas pela ação individual. Se, no entanto, essa ação individual, ocorre, ela foi o resultado de um conjunto de forças sociais que combinadas obrigaram o indivíduo a agir. Desse modo, as forças subjetivas seriam praticamente inexistentes na história e seu papel irrelevante. Se não fosse Napoleão, um outro general qualquer teria realizado as mesmas ações.

Entretanto, mesmo entre esses autores que Hook chama de marxistas ortodoxos, podemos encontrar uma visão mais abrangente e criteriosa sobre o papel do herói ou do indivíduo na consolidação dos rumos da história. Plekhanov, por exemplo, nos parece um autor que possui uma visão de síntese entre a posição idealista e a concepção determinista que analisamos. Em sua obra intitulada “O papel do indivíduo na história”, Plekhanov dialoga com essas concepções, e conclui que as ações individuais podem conduzir a história por caminhos diferentes, e que, desse modo o indivíduo tem um papel relativamente importante no desenrolar dos processos históricos. No entanto, esse espaço é limitado pela conjuntura histórica do momento.

Um exemplo utilizado por Plekhanov é o de Luís XV na condução da guerra dos sete anos. Segundo o autor, a influência de Madame de Pompadour sobre o monarca fez com que esse mantivesse generais incompetentes no comando das tropas, por estes serem protegidos da marquesa, como o general Soubise. Desse modo, este pode ser considerado um fator que contribuiu para a derrota da França na guerra.

No entanto, para que isso fosse possível, todo um quadro de relações de forças e de decadência da nobreza francesa tem que ser considerado, para que se possa entender como foi possível que um rei pudesse colocar em risco as colônias de seu país para atender as vontades de uma de suas amantes.

A conclusão de Plekhanov é de que os indivíduos podem influir nos destinos de uma sociedade, e essa influência pode ser considerável, mas tanto a própria possibilidade dessa influência quanto suas proporções, são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação das forças que nela atuam.

Essa concepção não nos parece tão determinista quanto Hook parece definir, diríamos que nossa visão sobre o papel dos indivíduos está muito próxima desta.

Em nossa visão, muitos eventos ou episódios na história acabaram sendo decididos pela ação de indivíduos ou grupos de indivíduos. Isso não implica, entretanto, que a história seja determinada pela vontade de alguns personagens que conduzem a humanidade como entende Carlyle. Essa concepção nos parece muito mais digna de ser chamada de mitologia do que de história. Mitologia essa que nos parece concebida com finalidades claramente conservadoras e elitistas e que rotulamos como “História dos grandes personagens” fundamentada mais na retórica do que na pesquisa e no estudo crítico das fontes e documentações.

A visão oposta, por sua vez que define como nula a participação e a importância do indivíduo, nos parece também equivocada. Nesta a história parece um gigantesco mecanismo, onde as engrenagens vão cumprindo o seu papel, elaborado.

Por uma razão universal como um roteiro de um filme, lembrando até o filme Matrix. Em uma versão mais materialista, essa razão universal seria substituída pelas forças sociais que determinam a ação dos indivíduos.

Nosso grupo, embora entendendo que ainda muita leitura e reflexão serão necessárias, chegou a concepção de que os indivíduos influenciam a história e podem alterar o rumo de acontecimentos. No entanto, essa influência é limite por conjuntura e estrutura históricas. Desse modo, há esforço para a ação dos indivíduos e mesmo para o aparecimento dos heróis. Mas, definitivamente, não acreditamos na história como biografia de grandes personagens, que em nossa opinião transforma sujeitos concretos em seres mitológicos.

Na análise que fazemos de alguns exemplares da revista História Viva, procuramos verificar como a revista trabalha com essa problemática.

Os Grandes Personagens na Revista História Viva

Após essa introdução sobre a importância dos indivíduos na história e as diferentes abordagens que a historiografia pode desenvolver sobre o tema, passamos a análise de algumas edições da revista História Viva para verificar como a revista trabalha com essa questão.

A revista História Viva é uma publicação da Ediouro e segmento da Duetto Editorial, sendo uma edição brasileira da revista francesa Historia, editada pela Tallandier (França).

O que tentamos averiguar é se a revista reproduz, ao tratar os chamados grandes personagens é que fazem a história.

Em uma análise geral dos números já publicados da revista no Brasil (vinte até o momento, não considerando edições especiais), não constatamos que seja uma característica da revista fazer da história um conjunto de biografias de figuras proeminentes. Nesse vinte números publicados, em apenas três deles a capa foi dedicada a um grande personagem. O número um, que inaugurou a publicação no Brasil, e teve Napoleão como matéria de capa. O número oito, que destacou a figura de Winston Churchill e o número doze, que trouxe o

ator Colin Farrel caracterizado como Alexandre, o Grande em sua capa. Nas outras dezessete edições a capa foi dedicada a acontecimentos ou a civilizações.

Nossa idéia inicial era analisar apenas o número um, dedicado à Napoleão Bonaparte. No entanto, acabamos decidindo trabalhar também com o número doze que trouxe Alexandre como contraponto a revista vinte realizou um dossiê sobre a Revolução Russa.

Seguem então as análises desses três números da publicação História Viva.

História Viva: número um (novembro de 2003)

Nesse número inicial a revista optou por trazer como capa exatamente a figura de Napoleão Bonaparte, um dos nomes sobre o qual podemos afirmar, recai a idéia de grande personagem. Napoleão é um dos primeiros nomes que lembramos se alguém nos pede para citar um personagem marcante da história.

A capa da edição reproduz uma gravura em cores sobre papel de Jean Pierre Marie Jazet a partir da tela de Horace Vernet, de 1840, intitulada “Napoleão saindo de seu Mausoléu”. Nela Napoleão, em trajes de general, com a coroa de louros de imperador, aparece deixando o túmulo, podendo se interpretar que trata-se de sua vitória sobre a morte. O título da capa é: “Ele dominou a Europa e mudou a face do mundo”. Em letras menores: morreu no exílio e seu túmulo pode ser uma fraude – Napoleão – Um herói sem sepultura.

A capa, tanto através da iconografia, quanto dos dizeres trata inquestionavelmente a figura de Napoleão como mito, o herói que mudou a face do mundo.

O dossiê está dividido da seguinte maneira: um primeiro artigo, escrito por Jean Tulard, do Instituto Napoleão e intitulado Napoleão – O construtor de uma nova Europa. O quadro de Jacques Louis David, de 1800, “Napoleão sobre cavalo na passagem de São Bernardo”, ocupa a página de abertura do dossiê. Nele a figura de Napoleão aparece com uma capa vermelha, imponente sobre o cavalo, como a guiar a França para um destino triunfal. A sinfonia heróica de Beethoven combinaria com a tela.

Esse primeiro artigo narra o momento do apogeu de Napoleão. O texto é bem elaborado e traz muitas informações sobre a hegemonia francesa, incluindo um mapa da Europa com a evolução territorial do Império de Bonaparte. O artigo é totalmente centrado na figura de Napoleão. Pouco se fala sobre a situação econômica, social ou política da França e da Europa no período tratado. Napoleão, está presente em quase todos os parágrafos e seu nome aparece trinta e quatro vezes no artigo, enquanto França aparece só três vezes e Europa cinco. Bonaparte é retratado como o grande protagonista dos acontecimentos.

O segundo artigo do dossiê narra a ascensão de Napoleão ao poder e foi escrito por Jacques Oliver Boudon, também do Instituto Napoleão. A intenção é ser uma biografia do personagem mostrando a carreira, as batalhas e as vitórias que conduziram Napoleão ao poder na França. Ainda que de forma sutil, o autor também trata Napoleão como uma espécie de mito. Em passagens como “Bonaparte fascina e subjuga seus opositores”, ou “É ao mesmo tempo general vitorioso e administrador incomparável” e principalmente, em “Depois de conquistar a Ilha de Malta, Napoleão chega à Alexandria”, o general se torna não somente o dirigente que liderou a vitória, mas o próprio conquistador. As tropas, os armamentos e as circunstâncias ficam em segundo plano.

O terceiro artigo, assinado por Trajan Sandu já trata da queda de Napoleão Bonaparte na iconografia que ilustra o artigo, Napoleão já aparece como um simples mortal. Abatido e solitário, como no quadro de Marmaisson, onde aparece deixando a França, cabisbaixo e derrotado. O autor do texto mostra a situação do Congresso de Viena e a reorganização da Europa após Napoleão.

O último artigo cuida da polêmica sobre se o corpo que está no Museu dos Inválidos é realmente de Napoleão bem como de seu envenenamento, não sendo relevante para nosso objetivo, a não ser pelo aspecto de que, mesmo depois de morto Napoleão continuava polêmico.

Como conclusão, podemos dizer que esse número da revista centralizou exageradamente a abordagem e a interpretação dos acontecimentos da Europa no início do século XIX, na figura de Napoleão Bonaparte. Embora seja inegável que Napoleão seja um personagem que influenciou decisivamente no rumo dos acontecimentos, a revista praticamente não trata das condições históricas que o tornaram possível.

Dessa forma, concluímos que nesse número a revista reforçou a figura do personagem como mito, e fez uma história como biografia do grande personagem.

História Viva: número doze (outubro de 2004)

A revista número doze, completando um ano da publicação de História Viva no Brasil, traz novamente um dos chamados grandes personagens como tema central da edição. Aproveitando o lançamento do filme de Oliver Stone: Alexandre – a revista trouxe esse personagem como matéria de capa. A capa, aliás, é uma fotomontagem onde o ator Colin Farrel, que interpreta Alexandre no citado filme, aparece sobre um cavalo, com uma gravura do século XIX retratando a Batalha de Granico ao fundo. O texto da capa diz: “O Grande Alexandre – um jovem conquista o mundo”.

A matéria traz dois artigos, ocupando doze páginas da edição. o primeiro assinado por Noelle e Régis Gombert, traz uma biografia resumida de Alexandre. A fonte citada pelos autores é Plutarco com seu livro “As vidas dos homens ilustres”. Desse modo, o artigo acaba trazendo uma série de passagens e mesmo frases que constroem a imagem de um Alexandre mítico e predestinado, voltando mais uma vez a Evêmero, é justamente a figura de Alexandre que este pensador utiliza para explicar como os indivíduos reais são transformados em mitos ou heróis mitológicos.

Algumas passagens do artigo, como episódio do cavalo Bucéfalo ou do Nó Górdio, são como elementos de uma narrativa que vai construindo a imagem do herói predestinado.

No episódio de Bucéfalo, após testemunhar a inteligência de seu filho, Filipe II teria dito: “Ó, meu filho! temos que encontrar um reino que seja digno de ti, pois a Macedônia não conseguirá te segurar”.

O episódio do Nó Górdio também ressalta esse aspecto da predestinação, pois, um oráculo havia previsto que quem desatasse o tal nó dominaria a Ásia. Alexandre não conseguiu desatá-lo, porém o teria cortado com um golpe de espada. Nesse artigo, portanto, a figura de Alexandre acaba mesmo sendo retratada como a de um herói mitológico.

No segundo texto, assinado pelo historiador Philippe Mason e que tem como título: “Um jovem guerreiro conquista o mundo”, o autor relata as campanhas militares sob o comando de Alexandre e suas qualidades de estrategista militar e chefe político. O autor tem, no entanto, o cuidado de apontar que o sucesso militar de Alexandre deve-se as qualidades do exército que herdou do seu pai, Filipe II. A forma de organização das tropas, as estratégias de combate e o armamento, destacando-se um tipo de lança denominada Sarisse, são apontadas como fundamentais para entendermos a extraordinária série de vitórias que Alexandre liderou.

Mesmo assim, em várias passagens é a figura do personagem que sobressai. Quando fala das batalhas entre persas e macedônios o autor as coloca como duelos onde Alexandre enfrenta Dario.

Outro aspecto importante, é que com exceção de Plutarco, a revista não cita outras fontes para indicar de onde faz deduções como por exemplo a de que Alexandre nunca recorria a uma estratégia estereotipada ou previsível ou quando coloca frases e discursos que Alexandre supostamente proferia aos seus soldados antes das batalhas.

Dos números analisados, este é o que mais abertamente faz uma apologia do personagem, contribuindo para sua afirmação como mito.

História Viva: número vinte (Maio de 2005)

Chegamos ao terceiro número analisado, até o momento o mais recente da edição brasileira da revista, e que traz como destaque a Revolução Russa de outubro de 1917.

A capa reproduz o quadro “Guardas Vermelhas”, óleo sobre tela de Kurt Robbel de 1968. O texto da capa diz: “Um tempo de vitória, sonho e esperança”. Revolução Russa – Os ideais da igualdade e justiça da sociedade sem classes chegam ao poder, varrem o mundo e se tornam uma das mais cruéis tiranias do século XX.

Além do dossiê sobre a Revolução, há uma biografia sobre Lenin, assinada por Arthur Conte, intitulada “Lenin – o Revolucionário Discreto”.

Lenin é retratado como filósofo e intelectual muito mais do que como líder revolucionário. A metáfora utilizada no início do artigo é reveladora da visão do autor. “Sócrates proclamado rei”. Assim, Lenin é descrito como um homem tímido, estudioso voraz, pragmático e metódico, avesso a discursos e a aparições em público. Um “rato de biblioteca” ou um revolucionário de gabinete. Na foto utilizada no artigo, Lenin aparece em uma entrevista justamente em uma biblioteca. A famosa foto na qual o líder dos Bolcheviques aparece discursando para a multidão em Petrogrado, traz uma legenda contestando sua veracidade e acertando que pode se tratar de uma montagem. Lenin também é tratado como aranha, que tece metódica e pacientemente a teia e a formiga, diligente e disciplinada em seu trabalho.

No dossiê da revolução, dividido em quatro artigos, dois deles assinados por Marc Ferro, temos a narrativa da queda do czarismo e da ascensão dos bolcheviques ao poder.

Essa edição da revista contrasta com as outras duas analisadas. Aqui, ao contrário do que acontece nos outros dois números, o que temos é um trabalho de desconstrução da imagem de Lenin como grande líder da Revolução ou como candidato a figura na galeria dos grandes personagens da história.

A Revolução Russa é tratada como resultado da situação de atraso técnico e econômico da Rússia, da eclosão da Primeira Guerra Mundial e da falta de habilidade política de Nicolau II para amenizar a crise e encontrar saídas para conter a revolução de fevereiro.

A imagem de Lenin, ou mesmo do Partido Bolchevique como um dos elementos centrais da revolução é desmontada pelos autores. Aqui, ao contrário das revistas analisadas, o contexto histórico é que viabilizou a ação desses personagens.

Lenin, o intelectual de gabinete, chegou ao poder com seu pequeno partido bolchevique, por conta de uma situação histórica que favoreceu sua ação pragmática. Desse modo, nessa edição se processa a desconstrução do mito da liderança de Lenin. A situação teria levado outro revolucionário ao poder, Lenin foi o líder pois teve a perspicácia de perceber que havia um vazio de poder e bastava ocupá-lo.

Lenin, Trotsky e os outros bolcheviques são produzidos por uma dada conjuntura histórica que os levou ao poder.

Curiosamente, em um dos livros que adotamos como referência teórica para nosso trabalho: “O herói na História” de Sidney Hook, o autor trata exatamente da Revolução Russa para demonstrar sua tese de que o indivíduo pode ter um papel decisivo na história e modificar profundamente os destinos da humanidade. Para Hook, Lenin é o grande personagem da Revolução Russa. Um “Homem Época”, que mudou completamente os rumos da história no século XX. Para esse autor, sem Lenin a Revolução Russa jamais teria acontecido, e a história do século XX teria sido completamente diferente. Um contraste interessante com os artigos da História Viva, onde Lenin aparece como produto da situação histórica.

Conclusão

Após analisarmos estes três números da revista, podemos concluir que não é uma das características marcantes da revista fazer da história uma biografia de grandes personagens, mas que em alguns números e artigos isso aconteceu.

Os números um e doze, analisando Napoleão Bonaparte e Alexandre seguiram de certo modo essa perspectiva, mas são dois casos entre vinte.

No número vinte a perspectiva se inverteu, destacando-se muito mais a conjuntura histórica na qual a Revolução Russa aconteceu do que o papel de Lenin ou de outras lideranças bolcheviques.

Bibliografia

- Carlyle, Thomas Os heróis e o culto dos heróis. Cultura Moderna, São Paulo, 1965
- Feijó, Martin Cezar O que é herói. Brasiliense – São Paulo, 1984.
- Hook, Sidney – O herói na história – Zahar – Rio de Janeiro 1962.
- Plekhanov, G.V. O papel do indivíduo na história – Expressão Popular, São Paulo, 2003.

ECLÉTICA - 2005

Publicação eventual do Departamento de História/FFLCH/USP.

A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Créditos:

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretor: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Suplente: Profa. Dra. Maria Lígia Prado

Responsável: Profa Dra. Raquel Glezer

Monitora PAE – Estágio de Preparação Pedagógica: Silene Ferreira Claro

Trabalho de curso da disciplina Teoria da História I – 0401 - Noturno - 1º. Sem. 2005.